

PROCESSO DE ESCOLHA DO CONSELHO TUTELAR DO RECIFE – 2023

16 DE JULHO DE 2023

LEIA COM ATENÇÃO

01 - Só abra este caderno após ler todas as instruções e quando for autorizado pelos fiscais da sala.

02 - Preencha os dados pessoais.

03 - Esta prova contém:

- 40 (quarenta) questões OBJETIVAS, essas questões são todas de múltipla escolha, apresentando como resposta apenas uma alternativa correta;
- a Produção de Texto (PT), que deve ser realizada inicialmente no rascunho e, em seguida, transcrita para a FOLHA DE REDAÇÃO. Não assine a folha de redação.

04 - Ao receber a folha de respostas, confira o nome da prova, o seu nome e número de inscrição. Qualquer irregularidade observada, comunique imediatamente ao fiscal.

05 - Assinale a resposta de cada questão no corpo da prova e, só depois, transfira os resultados para a FOLHA DE RESPOSTAS.

06 - Para marcar a folha de respostas, utilize caneta esferográfica preta ou azul e faça as marcas de acordo com o modelo (●). A marcação da folha de respostas é definitiva, não admitindo rasuras.

07 - Não risque, não amasse, não dobre e não suje a folha de respostas, pois isso poderá prejudicá-lo.

08 - Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.

09 - Se a Comissão verificar que a resposta de uma questão é dúbia ou inexistente, a questão será posteriormente anulada, e os pontos a ela correspondentes distribuídos entre as demais.

10 - O candidato (a), só poderá deixar a sala após 01 (uma) hora do início da prova.

DURAÇÃO DESTA PROVA: 04 HORAS

Nome:	Inscrição:
Identidade:	Órgão Expedidor:
Horário da prova: das 13h às 17h	Sala:
Assinatura:	

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir do contexto atual sobre violações dos Direitos das Criança e Adolescentes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo, em modalidade escrita formal da língua portuguesa, sobre um dos temas abaixo:

“O Caso Menino Miguel: Como podemos enfrentar o racismo na infância?” ou
“Internet segura para crianças e adolescentes: É possível?”

Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista.

INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

1. O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
2. Dê um título a seu texto.
3. O texto definitivo deve ser escrito a tinta preta ou azul, na folha própria, com no mínimo 20 e no máximo 25 linhas.
4. **Receberá nota zero**, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:
 - 4.1. fugir ao tema ou não atender ao tipo dissertativo-argumentativo;
 - 4.2. apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto;
 - 4.3. apresentar nome, assinatura, rubrica ou outras formas de identificação no espaço destinado ao texto.

TEXTOS DE APOIO:

TEMA 01 – O caso menino Miguel: Há racismo estrutural no Brasil?

“Mirtes busca justiça depois da morte do filho, que ocorreu naquele 2 de junho de 2020. A então trabalhadora doméstica levou o garoto para o trabalho porque a creche estava fechada em função da pandemia.

Mesmo naquele momento em que o governo de Pernambuco havia definido que o trabalho doméstico não era essencial, Mirtes teve que ir ao serviço para não perder o emprego e a renda. Segundo o que foi testemunhado e apurado, a empregada foi incumbida de passear com o cachorro da então patroa dela, enquanto a dona da casa fazia as unhas.

A empregadora, então, ficou com Miguel, mas o garoto pedia pela mãe. Sozinho, o menino chegou a uma área de maquinaria e caiu de uma altura de mais de 35 metros. Miguel chegou a ser socorrido, mas faleceu.

‘Eu não enxergava o racismo. Depois que eu passei por um período de formação política, comecei a trabalhar em duas organizações parceiras. Eu vi realmente que houve racismo no caso do meu filho.’

Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-06/historia-de-racismo-e-morte-de-menino-no-recife-faz-3-anos-sem-punicao>

TEMA 02 – Internet segura para educação das crianças e adolescentes: é possível?

Tornar a internet segura é uma prioridade para todos, principalmente quando se considera que muitas crianças utilizam o meio todos os dias. Durante a pandemia, aulas remotas reforçaram ainda mais esse contato dos pequenos com a tecnologia, se tornando essencial para que sua educação continuasse, mesmo durante a quarentena.

O número de acessos de crianças e adolescentes à internet vem crescendo cada vez mais, e a tendência é que esse número continue em ascensão, afinal, a internet já está integrada ao cotidiano das pessoas.

Segundo o TIC Kids Online Brasil, nove em cada dez crianças e adolescentes são usuárias de internet, e 93% das crianças e adolescentes do país que consomem internet têm entre 9 e 17 anos, correspondendo a 22,3 milhões de pessoas, informou o artigo no site Agência Brasil.

O meio virtual é introduzido desde cedo na vida das crianças, seja por meio de jogos, assistindo a vídeos ou até mesmo ao realizar pesquisas. Os pequenos já crescem com o costume de se conectar ao mundo online, e essa introdução à internet está acontecendo cada vez mais cedo no desenvolvimento da criança.

Fonte: <https://www.childfundbrasil.org.br/blog/internet-segura-como-assegurar/>

Transcreva a sua Redação para a Folha de Redação

TÍTULO

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.
- 6.
- 7.
- 8.
- 9.
- 10.
- 11.
- 12.
- 13.
- 14.
- 15.
- 16.
- 17.
- 18.
- 19.
- 20.
- 21.
- 22.
- 23.
- 24.
- 25.
- 26.
- 27.
- 28.

- 1) **A perda do poder familiar apenas poderá ser decretada pela autoridade judiciária, a pedido do Ministério Público ou de quem tenha o legítimo interesse. Dentre razões que dão causa a perda do Poder Familiar e os seus procedimentos, não podemos admitir:**
 - a) a condenação criminal do pai ou da mãe não implicará na destituição do poder familiar, exceto na hipótese de condenação por crime doloso, sujeito à pena de reclusão, contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar ou contra o filho, filha ou outro descendente.
 - b) a perda do poder familiar será decretada judicialmente, em procedimento contraditório, nos casos previstos na legislação civil, bem como na hipótese de descumprimento injustificado dos deveres e obrigações a que alude o Art. 22 do Estatuto da Criança e do Adolescente.
 - c) a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda do poder familiar.
 - d) **que manifestada a impossibilidade dos pais ou responsável em prover as necessidades básicas dos seus filhos menores, esse seja um dos motivos para a perda do poder familiar.**
- 2) **Quando o Estatuto da Criança e do Adolescente trata da primazia de prioridade absoluta, conforme o disposto no parágrafo único do Art. 4º, não está se falando de:**
 - a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
 - b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública.
 - c) **prioridade absoluta apenas para crianças e relativa para adolescente.**
 - d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas à proteção à infância e à juventude.
- 3) **Em relação às regras de competência territorial do Conselho Tutelar, podemos afirmar que:**
 - a) o Conselho Tutelar possui competência para atuar em todas as regiões do Estado.
 - b) **o Conselho Tutelar deve atuar exclusivamente no seu município, sendo essa competência definida conforme a residência dos pais ou responsável da criança e do adolescente ou local do fato, em caso de uma eventual falta desses pais ou responsáveis.**
 - c) por ser criado pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que é uma lei ordinária federal, a competência territorial do Conselho Tutelar se dá em todo território brasileiro.
 - d) apenas em situações emergenciais o Conselho Tutelar pode atuar fora do seu município.
- 4) **Conforme as premissas legais previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, podemos admitir, dentre as alternativas abaixo, como a que está de acordo com a natureza funcional do Conselho Tutelar.**
 - a) É um órgão que assume o papel de guardião temporário de crianças e adolescentes com seus direitos ameaçados ou violados diante de uma eventual falta ou impedimento dos seus pais ou responsáveis.
 - b) **É um órgão encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos de crianças e adolescentes estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente.**
 - c) É um órgão que realiza blitz junto com a Polícia Militar.
 - d) É um órgão que executa a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.
- 5) **Considerando o que preceitua o Art. 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é incorreto afirmar em relação ao Acolhimento Institucional.**
 - a) O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.
 - b) Imediatamente após o acolhimento da criança ou do adolescente, a entidade responsável pelo

- programa de acolhimento institucional ou familiar elaborará um plano individual de atendimento, visando à reintegração familiar, ressalvada a existência de ordem escrita e fundamentada em contrário de autoridade judiciária competente, caso em que também deverá contemplar sua colocação em família substituta, observadas as regras e princípios desta previstos em lei.
- c) O plano individual será elaborado sob a responsabilidade da equipe técnica do respectivo programa de atendimento e levará em consideração a opinião da criança ou do adolescente e a oitiva dos pais ou do responsável.
- d) O afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar deve ser realizado pelo Conselho Tutelar, de ofício ou por determinação da autoridade judiciária, e será de procedimento judicial contencioso, no qual se garanta aos pais ou ao responsável legal o exercício do contraditório e da ampla defesa.
- 6) De acordo com o que é expresso pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que:**
- a) em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da Administração pública local, composto de 5 (cinco) membros.
- b) o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será composto por representantes da sociedade civil, por representantes do conselho tutelar e por representantes do governo.
- c) o Conselho Tutelar será mantido pelos recursos vinculados ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, cujo gestor é o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- d) o processo eleitoral para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será estabelecido em Lei Municipal e realizado sob a presidência de Juiz eleitoral e a fiscalização do Ministério Público.
- 7) Com relação às revisões das decisões do órgão Conselho Tutelar, podemos afirmar como assertiva CORRETA.**
- a) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente pode alterar uma decisão do Conselho Tutelar.
- b) O Poder Judiciário é o único órgão que pode rever uma decisão do Conselho Tutelar, a pedido de quem tem o legítimo interesse.
- c) Além do Poder Judiciário, o Ministério Público também pode alterar uma decisão do Conselho Tutelar.
- d) Nenhum órgão pode alterar uma decisão do Conselho Tutelar, pois ele é autônomo.
- 8) Conforme o Art. 133 do Estatuto da Criança do Adolescente, para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, serão exigidos os seguintes requisitos:**
- a) reconhecida idoneidade moral; idade superior a dezoito anos e residir no município.
- b) reconhecida idoneidade moral, idade superior a vinte e um anos e residir no município ou cidade adjacente.
- c) reconhecida idoneidade moral, idade superior a vinte e cinco anos e residir no município ou cidade adjacente.
- d) reconhecida idoneidade moral, idade superior a vinte e um anos e residir no município.
- 9) A Constituição Federal de 1988 enuncia em seu Título II os Direitos e Garantias Fundamentais, dos quais trata no Capítulo I dos Direitos Individuais e Coletivos. A respeito desses direitos previstos no Art. 5º da Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA.**
- a) Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
- b) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial ou pelo Conselheiro (a) Tutelar em razão de sua atividade.

- c) São gratuitos para os reconhecidos pobres, na forma da lei, o registro civil de nascimento e a certidão de óbito.
- d) O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.
- 10) A respeito da Constituição Federal de 1988, podemos considerar como assertiva INCORRETA.**
- a) Com as novas perspectivas do Art. 227 da Constituição Federal de 1988, a proteção integral passa a ser um direito de todas as crianças e adolescentes e um dever de todos e todas com esses sujeitos de direitos.
- b) A Constituição Federal de 1988 possui *status* de “cláusula aberta”, com isso, os Tratados Internacionais de Direitos Humanos, como é o caso da Convenção Sobre os Direitos da Criança da ONU de 1989, passaram, nos termos do § 2º do Art. 5º, da CF/88, a fazer parte do nosso ordenamento jurídico brasileiro.
- c) Conforme a doutrina da Proteção Integral introduzida na Carta Magna de 1988, o atendimento ao público infantil não deve ser priorizado em detrimento de outros sujeitos de outras faixas etárias.
- d) O Art. 227 prevê em seu § 4º que a lei deve punir severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.
- 11) A Lei nº 13.803/2019 deu nova redação ao inciso VIII do Art. 12 da Lei 9.394/1996, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Com relação às comunicações de faltas envolvendo seus alunos através dos estabelecimentos de ensino, assinale a alternativa CORRETA.**
- a) Os estabelecimentos de ensino devem notificar ao Conselho Tutelar do Município a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de 30% (trinta por cento) do percentual permitido em lei.
- b) Os estabelecimentos de ensino devem notificar ao Conselho Tutelar do Município a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de 50% (cinquenta por cento) do percentual permitido em lei.
- c) Os estabelecimentos de ensino devem notificar ao Conselho Tutelar do Município a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de 25% (vinte e cinco por cento) do percentual permitido em lei.
- d) Os estabelecimentos de ensino não possuem obrigação alguma de notificar ao Conselho Tutelar do Município a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima do percentual permitido em lei.
- 12) A respeito da Execução das Medidas Socioeducativas previstas na Lei nº 12.594/12 (cria o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo-SINASE), podemos admitir como Direitos Individuais de adolescentes submetidos ao cumprimento dessas medidas:**
- a) a Lei nº 12.594/12, que prevê a possibilidade de inclusão do adolescente em programa de meio aberto, exceto se não houver essa oferta ou oferta irregular, situação que justifica a manutenção de medida de privação da liberdade.
- b) o juiz para proferir decisão judicial relativa à execução de medida socioeducativa não necessita ouvir manifestação do defensor do adolescente (advogado(a) ou defensor(a) público) e do Ministério Público.
- c) que ao adolescente infrator não é garantido a informação concernente à evolução de seu plano individual de atendimento, nem sua participação na elaboração e, se for o caso, reavaliação, participação esta que só é estendida à família.
- d) que ao adolescente infrator é garantido o direito de petição, por escrito ou verbalmente, diretamente a qualquer autoridade ou órgão público, devendo, obrigatoriamente, ser respondido em até 15 (quinze) dias.
- 13) A Lei nº 14.344, de 24 de maio de 2022, conhecida como Lei Henry Borel, cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente e**

altera outras leis brasileiras. A respeito dessa recente lei, verificada a ocorrência de ação ou omissão que implique a ameaça ou a prática de violência doméstica e familiar, com a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da criança e do adolescente, ou de seus familiares, o agressor poderá ser imediatamente afastado do lar pelas autoridades abaixo, exceto:

- a) pela autoridade judicial.
- b) pelo delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca.
- c) pelo policial, quando o Município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia.
- d) pelo Conselho Tutelar.

14) Conforme a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2022 (Código Civil Brasileiro), não é causa para a perda do Poder Familiar:

- a) o pai ou a mãe que castigar imoderadamente o filho.
- b) o pai que praticar homicídio, feminicídio ou lesão corporal de natureza grave ou seguida de morte, quando se tratar de crime doloso envolvendo violência doméstica e familiar ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher.
- c) o pai ou a mãe que praticar estupro ou outro crime contra a dignidade sexual sujeito à pena de reclusão.
- d) o pai ou a mãe que não tiver condições materiais de atender as necessidades materiais do filho ou filha.

15) O Código Penal Brasileiro (Decreto nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940) sofreu alteração através da Lei nº 12.010, de 28 de março de 2009). Dentre essas alterações, foi criado o Art. 217-A, que cria o Crime de Estupro de Vulnerável. A respeito desse crime, não podemos aceitar como alternativa CORRETA.

- a) Incorre nesse crime quem pratique conjunção carnal ou outro ato libidinoso com pessoa com deficiência mental que não possua meios de discernimento para a prática do ato.

b) O crime de estupro de vulnerável configura-se apenas se o agente violador praticar conjunção carnal ou outro ato libidinoso com menor de 14 anos sem seu consentimento.

- c) Incorre no crime de estupro de vulnerável àquele que praticar conjunção carnal ou outro ato libidinoso com pessoa que por enfermidade não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência.
- d) O crime de estupro de vulnerável configura-se independentemente do consentimento da vítima ou do fato de ela ter mantido relações sexuais anteriormente ao crime.

16) Das alternativas abaixo, não podemos considerar como característica da Política de Acolhimento em Comunidade Terapêutica Acolhedora previstas na Lei nº 13.840, de 5 de junho de 2019, que alterou a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.

- a) Adesão e permanência voluntária, formalizadas por escrito, entendida como uma etapa transitória para a reinserção social e econômica do usuário ou dependente de drogas.
- b) Ambiente residencial, propício à formação de vínculos, com a convivência entre os pares, atividades práticas de valor educativo e a promoção do desenvolvimento pessoal, vocacionada para acolhimento ao usuário ou dependente de drogas em vulnerabilidade social.
- c) Elaboração de plano individual de atendimento na forma da lei e vedação de isolamento físico do usuário ou dependente de drogas.
- d) Dispensa avaliação médica prévia.

17) A Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Das alternativas abaixo, não condiz com os preceitos legais previstos nessa lei.

- a) Compete à autoridade policial encaminhar a ofendida ao hospital ou posto de saúde e ao Instituto Médico Legal.

- b) Compete à autoridade policial fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida.
- c) Compete à autoridade policial garantir proteção policial, quando necessário, comunicando de imediato ao Ministério Público e ao Poder Judiciário.
- d) **Compete ao Conselho Tutelar, se necessário, acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar.**

18) A Lei nº 13.840, de 5 de junho de 2019, promove alteração na Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências). A respeito dessa legislação, podemos considerar como assertiva correta, EXCETO.

- a) Internação voluntária é aquela que se dá com o consentimento do dependente de drogas, devendo ser precedida de declaração escrita da pessoa solicitante de que optou por esse regime de tratamento.
- b) Internação involuntária deve ser realizada após a formalização da decisão por médico responsável, sendo indicada depois da avaliação sobre o tipo de droga utilizada, o padrão de uso e na hipótese comprovada da impossibilidade de utilização de alternativas terapêuticas previstas na rede de atenção à saúde.
- c) **A internação involuntária não possui limite de tempo, tendo o seu término a ser determinado pelo médico responsável.**
- d) A família ou o representante legal do paciente poderá, a qualquer tempo, requerer ao médico a interrupção da internação involuntária, que só

será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficiente.

19) Conforme o disposto na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2022 (Código Civil Brasileiro), são relativamente incapazes, exceto:

- a) **os menores de 16 anos.**
- b) os maiores 16 e menores de 18 anos.
- c) aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
- d) os pródigos.

20) Das alternativas abaixo, qual não condiz com as premissas legais previstas no Código Penal Brasileiro (Decreto nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940).

- a) Configura-se o crime de Omissão de Socorro àquele que deixar de prestar assistência, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à criança abandonada ou extraviada, ou à pessoa inválida ou ferida, ao desamparo ou em grave e iminente perigo; ou não pedir, nesses casos, o socorro da autoridade pública.
- b) Configura-se o crime de Abandono de Incapaz àquele que abandonar pessoa que está sob seu cuidado, guarda, vigilância ou autoridade, e, por qualquer motivo, incapaz de defender-se dos riscos resultantes do abandono.
- c) **O Crime de Maus-tratos imputa àquele que venha expor a perigo a vida de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia, quer abusando de meios de correção ou disciplina, mas não abrange a conduta daqueles que deixam de prover os cuidados indispensáveis.**
- d) Nos termos do Código Penal Brasileiro, não é crime o aborto necessário, que é previsto quando não há outro meio de salvar a vida da gestante, assim como também não é crime o aborto em caso de gravidez resultante de estupro, desde que consentido pela gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal.

21) A respeito do SIPIA – Sistema para Infância e Adolescência – Conselho Tutelar, não

podemos considerar como alternativa CORRETA.

- a) Na prática, o SIPIA – Conselho Tutelar é um sistema nacional de registro e tratamento de informações sobre a garantia e defesa dos direitos fundamentais preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
- b) **Qualquer cidadão ou cidadã pode alimentar o SIPIA com denúncias relacionadas às violações de direitos de crianças e adolescentes.**
- c) A base do SIPIA – Conselho Tutelar é o próprio órgão Conselho Tutelar, para o qual se dirigem de imediato as demandas sobre a violação ou o não atendimento aos direitos assegurados da criança e do adolescente.
- d) O Sistema opera sobre uma base comum de dados que são colhidos e agrupados homogeneamente nas diferentes unidades federadas, por meio de instrumento único de registro.

22) O SIPIA – Sistema para Infância e Adolescência – Conselho Tutelar fundamenta-se no ECA e tem três objetivos primordiais. Sobre esses objetivos, não podemos considerar que:

- a) operacionaliza-se na base a política de atendimento dos direitos, ou seja, possibilita a mais objetiva e completa leitura possível da queixa ou situação da criança ou adolescente, por parte do Conselho Tutelar.
- b) encaminha a aplicação da medida mais adequada com vistas ao ressarcimento do direito violado para sanar a situação de risco em que se encontra a criança ou o adolescente.
- c) subsidia as demais instâncias – conselhos de direitos e autoridades competentes – na formulação e gestão de políticas de atendimento, conforme descreve o artigo 86 ao 88 da Lei Federal nº 8069/90.

d) apesar da sua importância, o SIPIA tem várias falhas e não cumpre com seu objetivo.

23) A implantação do SIPIA – Sistema para Infância e Adolescência consiste em etapa preliminar destinada a garantir condições adequadas para o seu funcionamento. A

respeito desse funcionamento, NÃO podemos considerar como alternativa correta.

- a) **A implementação do SIPIA dispensa suporte aos usuários do sistema, assim como dispensa treinamentos e personalização de material instrucional, ou mesmo definição de fluxos de processo de trabalho e registro de todos os atendimentos dos Conselhos Tutelares.**
- b) A implementação do SIPIA necessita de computadores equipados com aplicativos de navegação na rede mundial de computadores, em número suficiente para a operação do sistema por todos os membros de cada Conselho.
- c) O SIPIA carece de infraestrutura de rede de comunicação local e de acesso à internet, com volume de dados e velocidade compatível para o acesso ao sistema.
- d) O SIPIA carece de local adequado para sua utilização por parte do Conselho Tutelar, o que exige dependências adequadas para o órgão, mobiliário adequado, telefone, impressora multifuncional, transporte e pessoal administrativo que assegurem o fluxo decorrente do desenvolvimento do trabalho do conselheiro (a) tutelar.

24) A respeito da solicitação de acesso por parte do Conselheiro (a) Tutelar ao SIPIA – Sistemas para Infância e Adolescência, pode-se considerar como alternativa INCORRETA:

- a) não precisar instalar o sistema no município, pois ele é web.
- b) a coordenação Técnica avaliar e atribuir perfil conforme documentação enviada pelo Conselheiro (a) Tutelar.
- c) o próprio Conselheiro (a) Tutelar solicitar seu acesso, enviando documentação diretamente pelo sistema.
- d) **fazer-se necessário aguardar contato da Coordenação Estadual ou do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.**

25) A respeito do SIPIA - Sistema para Infância e Adolescência, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O membro do Conselho Tutelar poderá recusar-se a utilizar o SIPIA, desde que com anuência de seu colegiado.
- b) O membro do Conselho Tutelar possui total liberdade para decidir acerca das medidas de proteção a serem alimentadas, sem a necessidade de aprovação do seu colegiado.
- c) O SIPIA é uma ferramenta que auxilia os Conselhos Tutelares e seu uso deve ser diário por todos os Conselheiros (as) Tutelares.**
- d) Por decisão do seu colegiado, poderá o Conselho Tutelar deixar de utilizar o SIPIA, bastando fazer comunicação de sua deliberação para o Ministério Público.

26) Sobre o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, com relação à sua configuração, à luz do que preconiza o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), especialmente na sua Resolução nº 113/2006, é correto afirmar:

- I- constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil;
- II- constitui-se na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente;
- III- sua articulação se dá apenas no nível Federal, sob responsabilidade da União;
- IV- irá se articular com todos os sistemas nacionais de operacionalização de políticas públicas, especialmente nas áreas da saúde, educação, assistência social, trabalho, segurança pública, planejamento, orçamentária, relações exteriores e promoção da igualdade e valorização da diversidade;
- V- por ser um sistema nacional, não irá se articular, na forma das normas internacionais, com os sistemas congêneres de promoção, defesa e

controle da efetivação dos direitos humanos, de nível interamericano e internacional.

Estão CORRETAS as afirmativas.

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas I, II e IV.**
- c) Apenas III, IV e V.
- d) Nenhuma afirmativa

27) Os órgãos públicos e as organizações da sociedade civil, que integram o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, deverão exercer suas funções, em rede, a partir de três eixos estratégicos de ação. De acordo com a Resolução nº 113/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), quais são esses eixos?

- I- Defesa dos direitos humanos.
- II- Promoção dos direitos humanos.
- III- Fortalecimento de vínculos comunitários e familiar.
- IV- Controle da efetivação dos direitos humanos.
- V- Redução da maioria penal.

Estão CORRETOS os seguintes itens:

- a) apenas os itens I, II e III.
- b) apenas os itens II, III e IV.
- c) apenas os itens III, IV e V.
- d) apenas os itens I, II e IV.**

28) Com relação às características dos programas de famílias acolhedoras, definidas pelo Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária – PNCFC, analise as afirmativas a seguir.

- I- Os programas de Famílias Acolhedoras não precisam ser registrados no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

(CMDCA) e no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

- II- Programas de Famílias Acolhedoras em constante articulação com o Conselho Tutelar e a Vara da Infância e Juventude para maior adequação e agilidade no acompanhamento e no encaminhamento dos casos.
- III- Programas de Famílias Acolhedoras funcionando como modalidade de acolhimento para crianças e adolescentes afastadas do convívio com a família de origem mediante medida protetiva e, portanto, incorporados e monitorados na política municipal de atendimento.

Com relação às afirmativas acima, é CORRETO afirmar que:

- a) apenas os itens I e II estão corretos.
- b) apenas os itens I e III estão corretos.
- c) apenas os itens II e III estão corretos.
- d) todos os itens estão incorretos.

29) A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, é um dos principais documentos internacionais que versa sobre os princípios básicos da dignidade humana. A respeito dos princípios da DUDH, é correto afirmar:

- I - todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos;
- II - todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal;
- III - ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante, exceto nas situações que for pertinente;

Com relação às afirmativas anteriores, é CORRETO afirmar que:

- a) apenas os itens I e II estão corretos.
- b) apenas os itens I e III estão corretos.
- c) apenas os itens II e III estão corretos.
- d) todos os itens estão corretos.

30) Os 30 artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) descrevem quais são os direitos básicos de toda pessoa, sem nenhum tipo de discriminação. Considerando os direitos estabelecidos na DUDH, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, têm o direito de contrair matrimônio e fundar uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução.
- b) Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios.
- c) Nenhum ser humano tem deveres para com a comunidade, na qual o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível.
- d) Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.

31) Leia o texto a seguir:

Publicado em 19/05/2023 às 18:42

O caso do menino Henry Borel, assassinado aos 4 anos, em 2021, voltou aos holofotes após exibição do programa Linha Direta, da TV Globo, nessa quinta-feira (18).

O crime chocou o país pela crueldade e envolvimento do padrasto e mãe da criança.

A exibição do caso Henry Borel havia sido proibida pela Justiça do Rio de Janeiro, a pedido da defesa do ex-vereador Jairinho. No entanto, uma nova decisão do STF liberou o programa ir ao ar.

O ex-vereador Jairo Souza Santos Júnior ou Dr. Jairinho é acusado de ter matado o menino com a ajuda de Monique Medeiros, mãe de Henry.

Henry Borel morreu na madrugada de 8 de março de 2021, após receber atendimento em um hospital particular do Rio.

Os médicos que prestaram atendimento estranharam as lesões no garoto e também o comportamento da mãe e do padrasto, que o levaram até o local.

No decorrer das investigações sobre o caso, constatou-se que, naquela noite, Henry estava acompanhado somente do casal no apartamento em que moravam, no bairro da Barra da Tijuca. Imagens do circuito interno do condomínio mostram quando os três saíram de casa.

O laudo da necrópsia do Instituto Médico-Legal (IML) diz que o menino morreu em consequência de hemorragia interna por laceração hepática por ação contundente. Os exames apontaram 23 lesões no corpo da criança.

Poucos dias após a morte de Henry Borel, a Justiça determinou a prisão preventiva de Monique Medeiros e de dr. Jairinho, que à época do crime era vereador do Rio. Ele acabou cassado e continua preso, enquanto ela foi solta no ano passado.

Disponível em:
<https://jc.ne10.uol.com.br/cultura/2023/05/15469402-caso-henry-borel-linha-direta-veja-o-que-aconteceu-com-dr-jairinho-e-monique-a-mae-do-menino-henry.html>. **Acesso em:** 24 jun. 2023.

Levando em consideração a sequência das informações apresentadas no texto acima, é possível afirmar que:

- a) o laudo do Instituto Médico-Legal fez com que os médicos estranhassem as lesões no garoto e o comportamento da mãe e do padrasto.
- b) o laudo do Instituto Médico-Legal (IML) não foi suficiente para que fosse decretada a prisão preventiva dos suspeitos.

c) a prisão preventiva de Monique e Jairinho se deu após a aquisição de provas por meio do Instituto Médico-Legal.

d) o estranhamento dos médicos em relação ao comportamento dos responsáveis, que levaram a criança para ser atendida, se configurou como prova.

32) Leia o trecho a seguir.

“A exibição do caso Henry Borel havia sido proibida pela Justiça do Rio de Janeiro, a pedido da defesa do ex-vereador Jairinho. **No entanto**, uma nova decisão do STF liberou o programa ir ao ar.”

Nesse trecho, o termo em destaque é uma conjunção:

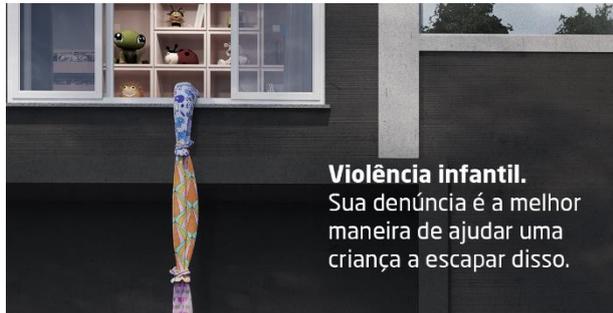
- a) adversativa.
- b) consecutiva.
- c) conclusiva.
- d) explicativa.
- e) aditiva.

33) Em “O ex-vereador Jairo Souza Santos Júnior ou Dr. Jairinho é acusado de ter matado o menino com a ajuda de Monique Medeiros, mãe de Henry.”, nota-se o uso da abreviatura de título acadêmico para se referir ao ex-vereador Jairo Souza Santos Júnior, algo que recorrentemente é confundido com o uso de pronomes de tratamento.

Levando em consideração o antigo cargo (vereador) ocupado pelo atual réu, caso este estivesse em uma situação discursiva formal em exercício da profissão, ele receberia que pronome de tratamento?

- a) Vossa Excelência.
- b) Senhor.
- c) Vossa Senhoria.
- d) Vossa Eminência.
- e) Vossa Magnificência.

TEXTO 2



Disponível em:

<https://www.mpsc.mp.br/campanhas/violencia-infantil>. Acesso em 24 jun. 2023.

34) Considerando a linguagem verbal e não verbal do texto 2 – um cartaz da campanha contra a violência infantil promovida pelo Ministério Público de Santa Catarina –, pode-se dizer que a palavra “escapar” tem o significado de:

- a) escorregar pela janela.
- b) deixar de cumprir uma tarefa.
- c) fugir de um perigo.
- d) sair de um lugar.

35) Em “Sua denúncia é a melhor maneira de ajudar uma criança a escapar disso”, segundo a análise sintática, temos como termos essenciais da oração:

- a) “melhor maneira” (sujeito) e “de ajudar uma criança a escapar disso” (predicado).
- b) “Sua denúncia” (sujeito) e “a melhor maneira de ajudar uma criança a escapar disso” (predicado).
- c) “Sua denúncia” (adjunto adnominal) e “a melhor maneira de ajudar uma criança” (objeto indireto).
- d) “denúncia” (sujeito) e “ajudar uma criança a escapar disso” (objeto direto).

36) Qual o formato mais comum para documentos de texto?

- a) .xls.
- b) .rar.

c) .doc.

d) .ppt.

37) Analise as afirmativas a seguir.

- I. Mouse e teclado são produtos periféricos que podem ser conectados ao computador por meio de cabos, conexão wireless e bluetooth.
- II. Só é possível utilizar uma impressora conectada ao computador por meio de cabos.
- III. A placa mãe é onde estão guardados todos os arquivos de um computador.
- IV. Linux é um sistema operacional para computadores.

Marque a alternativa CORRETA.

- a) Todas as afirmativas são verdadeiras.
- b) As afirmativas II e III são verdadeiras e a I e IV são falsas.
- c) As afirmativas I e IV são verdadeiras e a II e III são falsas.
- d) As afirmativas I e III são verdadeiras e a II e IV são falsas.

38) O programa desenvolvido com o objetivo de eliminar e detectar vírus no computador é chamado de:

- a) Antivírus.
- b) Google Chrome.
- c) Windows.
- d) Microsoft Word.

39) Analise as afirmativas a seguir sobre o Pacote Office.

- I. O aplicativo Excel é utilizado para criação de planilhas e tabelas.

- II. Ao selecionar algum texto dentro do aplicativo Word e acionar o atalho Ctrl+N, o texto ficará em itálico.
- III. O aplicativo Outlook é utilizado para criação de textos.
- IV. Ao selecionar algum texto dentro do aplicativo Word e acionar o atalho Ctrl+P, abrirá a tela de impressão.

Marque a alternativa CORRETA.

- a) Todas as afirmativas são falsas.
- b) Apenas a afirmativa I é correta; II, III e IV são falsas.
- c) As afirmativas I e IV são verdadeiras; II e III são falsas.
- d) As afirmativas I e III são verdadeiras; II e IV são falsas.

40) Analise as afirmativas a seguir sobre o Windows Explorer/Explorador de Arquivos no Windows.

- I. Para mover um arquivo de uma pasta a outra, pode-se utilizar o atalho Ctrl+C e Ctrl+V.
- II. Para excluir um arquivo permanentemente do computador, pode-se utilizar o atalho Shift+Delete (Del).
- III. Não é possível nomear um arquivo no Windows Explorer contendo os caracteres: “/ ? <”.
- IV. Por meio do botão Iniciar do Windows, é possível abrir qualquer aplicação ou programa presente no computador.

Marque a alternativa CORRETA.

- a) Todas as afirmativas são verdadeiras.
- b) As afirmativas II, III e IV são corretas; I é falsa.
- c) Apenas a afirmativa I é verdadeira; II, III e IV são falsas.
- d) As afirmativas II e III são verdadeiras; I e IV são falsas.